



# Finanças Públicas – Administração

## *Relatório das Finanças Públicas “Janeiro a Dezembro de 2013”*

**Direcção Geral da Conjuntura, Previsão e Relações Internacionais**

Bissau, Fevereiro de 2014

## Índice

I. Editorial .....	2
II. INTRODUÇÃO .....	3
III. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS até Dezembro de 2013 .....	5
3.1 Execução Orçamental do Estado .....	5
3.2. Pagamento dos anos anteriores no exercício corrente.....	6
3.3. Gastos Sociais e Despesas Prioritárias.....	7
3.4. Dívida Externa.....	8
3.4.1. Quadro da Evolução da Dívida Externa .....	8
3.5. Estado de Convergência .....	9
IV. ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ECF COM FMI .....	11
V. PERSPECTIVAS .....	12
VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	13

## I. EDITORIAL

O Ministério das Finanças (MF) ao assumir a Reforma Institucional como um desafio, uma resposta e uma solução para a modernização e maior eficiência na prestação de serviços públicos, pretende contribuir, de uma forma significativa, para a mudança organizacional e valorização de uma nova metodologia de trabalho baseada na produção de valores associada à gestão por objectivo e por competência.

Por um lado, o desafio assumido pelo Governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no âmbito do Programa Trienal de Facilidade de Crédito Alargado (ECF), constitui para a actual Direcção Superior do Ministério das Finanças, não só uma recomendação da Comunidade Internacional, mas também um imperativo de maior transparência e rigor na gestão da coisa pública, e de mudança, capaz de permitir um alavancar de esperança e credibilidade na nossa administração pública.

Com a publicação do presente relatório pretende-se criar um novo conceito de gestão e de aproximação da sociedade introduzindo a vertente comunicação numa perspectiva pedagógica e, permitir o acompanhamento de todo o processo de reforma em curso na gestão das Finanças Públicas. Pretende-se ainda fundamentalmente, proporcionar ao público em geral, e aos colaboradores e parceiros em particular, uma nova dinâmica da transformação da visão futura das Finanças Públicas da Guiné-Bissau que deve contribuir de forma eficaz e eficiente na promoção de crescimento inclusivo, solidariedade, redução da pobreza e integração regional.

**Ministério das Finanças**

## II. INTRODUÇÃO

O objectivo deste Boletim é fornecer informações sobre o estado das Finanças Públicas até Dezembro de 2013, por forma a permitir uma visão global da execução orçamental, dando mais transparência à execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) de acordo com a nova disposição da União, Código de Transparência e Gestão das Finanças Públicas Nº 1/2009/CM/UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental). De acordo com o mesmo, constitui uma das recomendações aos Estados Membros da União a publicação periódica de informações sobre a execução orçamental.

Esta apresentação visa por um lado fornecer informações que permitem uma tomada de decisões relativamente às Políticas Económicas necessárias, e à prossecução dos objectivos do Governo em matéria das Finanças Públicas, consubstanciadas no seu Programa e no OGE em execução e por outro lado, dar informações úteis ao público sobre a execução orçamental. O Boletim apresenta, inicialmente, a evolução das Finanças Públicas até dezembro de 2013 (Resultado da execução orçamental de janeiro a dezembro de 2013), estado de implementação do programa trienal (2010-2012) do programa ECF com o FMI, perspectivas para finais do ano económico de 2013 e por último, conclusões e recomendações.

Em Abril de 2012 a monotoria do programa denominado facilidades de crédito alargado (ECF) com o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi suspenso. De salientar que em junho de 2013, uma missão do FMI esteve no país para consultas ao abrigo do artigo IV, podendo-se considerar a mesma como um prelúdio da retoma das relações com esta Instituição.

Até dezembro de 2013, o saldo global excluindo os donativos, registou um défice de 29.354,4 milhões de FCFA, tendo-se registado uma diminuição na receita total em 10,6% e uma diminuição na despesa corrente primaria em 20,0% face ao mesmo período do ano transacto. O saldo primário de base situou-se em -10.398,0 milhões de FCFA contra -15.694,8 milhões de FCFA no período homólogo de 2012.

### III. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ATÉ SETEMBRO DE 2013

#### 3.1 Execução Orçamental do Estado

(janeiro a dezembro 2013)

Quadro 3.1.1. Em milhões FCFA

DESIGNAÇÃO	2012 Exec	2013 Exec	VH %
<b>Receitas Correntes</b>	<b>46.023,8</b>	<b>41.146,1</b>	<b>-10,6</b>
Receitas Tributárias	38.913,1	35.381,3	-9,1
Receitas não Tributárias	7.110,7	5.764,8	-18,9
<b>Despesas Correntes</b>	<b>62.733,0</b>	<b>50.051,5</b>	<b>-20,2</b>
Despesas com Pessoal	24.341,2	24.380,0	0,2
Remunerações certas	24.341,2	24.380,0	0,2
Aquisição Bens e Serviços	12.316,5	8.912,9	-27,6
Transferências	16.526,8	12.944,8	-21,7
Outras Despesas Correntes	9.128,2	3.625,9	-60,3
Juros	420,3	187,9	-55,3
<b>Despesas à Regularizar</b>	<b>111,1</b>	<b>449,1</b>	<b>304,3</b>
<b>Desp. Capital</b>	<b>21.573,0</b>	<b>19.999,9</b>	<b>-7,3</b>
Desp. Capital (c/rec. Int.)	594,1	1.680,5	182,9
<b>Total das Receitas</b>	<b>46.023,8</b>	<b>41.146,1</b>	<b>-10,6</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>84.417,1</b>	<b>70.500,5</b>	<b>-16,5</b>
Saldo Global exc. Donativos	-38.393,3	-29.354,4	
Saldo Orç. Base Corrigido	-5.392,8	-6.367,1	
Saldo Primário	-16.288,8	-8.717,5	
Saldo Primário de base	-15.694,8	-10.398,0	
Saldo Orç. Base excl. Don	-16.115,1	-7.224,8	

Fonte: Ministério das Finanças

De acordo com o Quadro das Operações Financeiras do Estado (TOFE – dezembro 2013):

- O saldo global excluindo os donativos registou um défice de 29.354,4 milhões de FCFA contra um défice 38.393,3 milhões de FCFA no mesmo período de 2012;

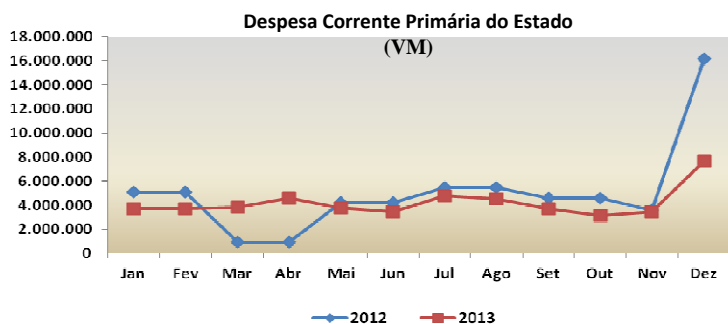
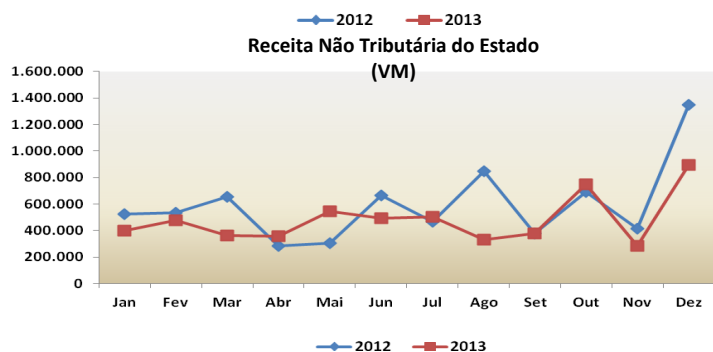
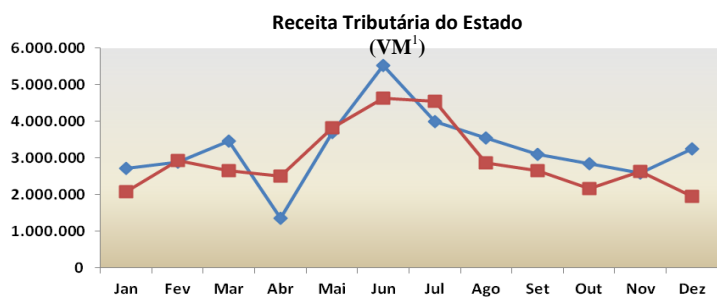
- O saldo primário também registou um défice de 8.717,5 milhões de FCFA contra um défice de 16.288,8 milhões de FCFA no mesmo período do ano transacto;

- O saldo primário de base teve um défice de 10.398,0 milhões de FCFA contra um défice de 15.694,8 milhões de FCFA no mesmo período do ano transacto;

- **As receitas correntes** diminuíram 10,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

**As Receitas tributárias** diminuíram em 9,1% devido a diminuição nas arrecadação dos impostos directos em 10,9% e nos impostos indirectos em 8,2%. **As receitas não tributárias**

também registaram a mesma tendência (18,9%), motivado pela não entrada dos fundos nas transferências do exterior em 2013, concretamente nos apoios sectorial ao programa científico/Fundo de Corporação Nacional



<sup>1</sup> Valores Mensais.

Pesqueira da China (CNFC) e pela diminuição na venda de bens e serviços em 37,8%.

A queda registada nos impostos directos deve-se essencialmente ao decréscimo nos Imposto sobre o rendimento em 11,3%, enquanto que nos impostos indirectos a diminuição resulta da queda registada nas seguintes rubricas: imposto sobre o consumo (IEC) em 10,6%, imposto geral sobre vendas (IGV) em 15,7%, imposto sobre transações internacionais em 0,9%.

**O Total das Despesas** registou uma queda de 16,5% face ao período homólogo do ano anterior, sendo que as despesas primárias<sup>2</sup> registaram a mesma tendência (16,3%). Por último, as despesas correntes primárias igualmente diminuíram em 20,0%, provocada pelas diminuições nas outras despesas correntes em 60,3%, transferências em 21,7%, e nas aquisições de bens e serviços em 27,6%, enquanto que nas despesas com pessoal houve um aumento em 0,2%, resultante dos atrasos de pagamento de salários com o pessoal do Ministério da educação, concretamente os professores contratados e novos ingressos.

As despesas não tituladas (DNT) situaram-se em 449,1 milhões de Fcfa contra 111,1 milhões de Fcfa no igual período de 2012.

### **3.2. Pagamento dos anos anteriores no exercício corrente**

Até dezembro de 2013, de acordo com os dados disponíveis, não houve nenhum pagamento do ano anterior no exercício corrente.

---

<sup>2</sup> Entende-se como despesas primárias as despesas totais excluindo juros.

## Quadro da Variação Homóloga Acumulada

Quadro 3.1.2.

Indicador	Unida de	dez-12	Jan-13	Fev-13	Mar-13	Abr-13	Mai-13	Jun-13	Jul-13	ago-13	set-13	Out-13	nov-13	dez-13
Receita Total	VHA	-12,5	-23,9	-11,9	-17,4	-5,3	-1,7	-5,9	-2,8	-6,2	-6,9	-7,9	-7,6	-10,6
Receitas Correntes	VHA	-12,5	-23,9	-11,9	-17,4	-5,3	-1,7	-5,9	-2,8	-6,2	-6,9	-7,9	-7,6	-10,6
<i>Receitas Tributárias</i>	VHA	-3,3	-23,8	-10,8	-15,4	-2,4	-0,9	-5,1	-1,9	-4,2	-5,3	-6,9	-6,3	-9,1
<i>Receitas Não Tributárias</i>	VHA	-42,4	-24,1	-17,7	-28,0	-20,3	-7,2	-11,4	-8,8	-19,1	-17,5	-14,2	-15,5	-18,9
Despesas Totais	VHA	52,8	-12,0	-20,9	-5,6	13,6	5,9	23,9	22,1	16,8	18,4	13,7	12,6	-16,5
<i>Despesas Correntes</i>	VHA	14,8	-6,0	-18,5	-16,9	9,8	0,5	-3,0	-1,1	-3,8	-6,8	-9,4	-9,0	-20,2
<i>Despesas Correntes Primárias</i>	VHA	14,2	-88,0	-81,6	-16,2	11,6	1,8	-1,9	-0,2	-3,0	-6,2	-9,0	-8,6	-20,0
<i>Despesas Primárias</i>	VHA	52,2	-88,9	-81,9	-5,1	15,0	7,0	24,9	22,9	17,5	19,0	14,3	13,1	-16,3

### 3.3. Gastos Sociais e Despesas Prioritárias

Até Dezembro de 2013, o total das despesas efectuadas pelo Governo nos sectores da Educação, Saúde, Infra-estruturas e Agrícola, foram de 8.948,3 milhões de FCFA, o que representa 1,76% do PIB, contra uma previsão de 16.978,9 milhões de FCFA no mesmo período homólogo. É de salientar que, a execução ficou muito abaixo do programado.

Durante o período em análise, a despesa realizada no sector da Educação foi de 5.426,2 milhões de FCFA, representando 1,07% do PIB contra uma Previsão de 6.746,2 milhões de FCFA.

Em relação ao sector de Saúde, com uma taxa da execução de 32,8%, a despesa realizada situou-se na ordem de 3.021,2 milhões de FCFA o que representa 0,60% do PIB, contra uma previsão de 9.211,4 milhões de FCFA.

Relativamente ao Sector Agrícola, a despesa prevista foi de 609,2 milhões de FCFA, sendo-se que a execução foi de 330,6 milhões de FCFA, representando 0,07% do PIB.

Finalmente, no sector das Infra-estruturas a execução foi de 170,3 milhões de FCFA, representando 0,03% do PIB, contra uma previsão de 412,0 milhões de FCFA.

Em relação aos outros sectores, o grosso das despesas realizadas foram destinadas aos sectores da Defesa e Segurança (ambos com 17.643,2 milhões de FCFA), o que representa 3,72% do PIB contra uma previsão anual de 18.718,2.

## QUADRO DOS GASTOS SOCIAIS\* E DESPESAS PRIORITÁRIAS dezembro. 2013

Quadro 3.3.1.

(em milhões Fcfa)

Sectores Sociais e Agrícola	Prog. Dezembro	Real.	Tx. Real.	Em % do PIB
Educação	6.746,2	5.426,2	80,4	1,07
Saúde	9.211,4	3.021,2	32,8	0,60
Agricultura	609,2	330,6	54,3	0,07
Infra-estrutura	412,0	170,3	41,3	0,03
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>16.978,9</b>	<b>8.948,3</b>	<b>52,7</b>	<b>1,76</b>

(\*) Despesas correntes e despesas de capital com financiamento interno

Fonte: DGO – Direção Geral do Orçamento

## QUADRO DAS DESPESAS CORRENTES DA DEFESA E SEGURANÇA (em milhões Fcfa)

Quadro 3.3.2.

	Prog. OGE	Exec.	Tx. Exec.	Em % do PIB
<b>Defesa e Segurança</b>	<b>18.718,2</b>	<b>17.643,2</b>	<b>94,3</b>	<b>3,72</b>

Fonte: Ministério das Finanças/DGO

## 3.4. Dívida Externa

### 3.4.1. Quadro da Evolução da Dívida Externa

Quadro 3.4.1.

Evolução recente do Stock da Dívida Externa da Guiné-Bissau			
PERÍODO	PIBn Milhões FCFA	STOCK DA DÍVIDA EXTERNA DA GUINÉ-BISSAU (Milhões FCFA)	DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA % DO PIB
2006	309.462	522.865	169,0%
2007	333.381	494.597	148,4%
2008	386.952	510.673	132,0%
2009	390.484	499.102	127,8%
2010	418.526	497.220	118,8%
2011	465.083	183.074	39,4%
2012	474.814	161.766	51,9%
2013(*)	507.210	244.850	48,3%

(\*) Dados disponíveis até Dezembro de 2013.

Fonte: DSD – Direcção de Serviços da Dívida.



## Indicador da Dívida Externa até 31 de Dezembro de 2013. (Em mil Dólares)

Quadro 3.4.2.

	Total do stock da Dívida Externa até 31/dez. /12	Total do stock da Dívida Externa até 31/dez. /13
<b>Total</b>	<b>497.028,92</b>	<b>513.696,98</b>
<b>Multilateral</b>	<b>257.641,10</b>	<b>271.288,34</b>
<b>Bilateral</b>	<b>238.135,98</b>	<b>241.236,21</b>
<b>Banco Franco-Português</b>	<b>1.172,43</b>	<b>1.172,43</b>

Fonte: MF/DSD

No final de dezembro 2013, o stock da dívida externa incluindo os juros em atraso, situou-se em 513.696,98 milhões de USD contra 497.028,92 milhões de USD no período homólogo de 2012, o que significa um aumento de 3,4%.

Esta variação de stock deve-se ao facto de se ter registado poucos desembolsos para os projectos em

curso e acumulação de novos atrasados.

Deve-se dar uma particular atenção a evolução do serviço da dívida devido sobretudo aos custos de empréstimos contraídos recentemente, os quais não obedecem os parâmetros requeridos para países de rendimento como a Guiné-Bissau.

### 3.5. Estado de Convergência

#### Quadro do Critério da Primeira Ordem

##### 1ª Ordem

Quadro 3.5.1.

CONVERGÊNCIA				
INDICADORES	Anual		Jan. a dez.	
	Norma	2012	2012	2013
Saldo Orç.de base/PIB	>=0%	-1,1	-1,1	-1,3
Taxa Infl. Média anual	<=3%	2,2**	2,2	0,7
Dív.Ext.Total/ PIB3	<=70%	51,9	51,9	48,3
Δ.dos atras.pag.Interno	0	4.462,4	4.462,4	4.798,3

(\*\*) Dados do INE

#### Quadro do Critério da Segunda Ordem

##### 2ª Ordem

Quadro 3.5.2.

CONVERGÊNCIA				
INDICADORES	Anual		Jan. a dez.	
	Norma	2012	2012	2013
Massa Sal. /Rec.Fiscais	<=35%	56,1	56,1	68,9
Inv.Púb.c/.Rec.int./R.Fisc.	>=20%	11,9	11,9	4,7
Déf.ext. cor. s/Don/PIB	>=-5%	-11,9	-11,9	-7,9
Carga Fiscal	>=17%	9,4	9,4	7,0

<sup>3</sup> Taxa de câmbio, final dezembro: 2012 (495,35 Fcfa) e 2013 (476,64 Fcfa); PIBn: 2012 (474,8 bilhões Fcfa) e 2013 (507,2 bilhões Fcfa).

#### Critério de primeira ordem:

**Primeiro:** Até Dezembro de 2013, o rácio saldo orçamental de base sobre o PIB nominal foi de -1,3%, contra 1,1% no período homólogo de 2012.

**Segundo:** Até Dezembro de 2013, a taxa de inflação média anual foi de 0,7% enquanto que no período homólogo de 2012 foi de 2,2%.

**Terceiro:** O rácio dívida externa efectiva sobre o PIB nominal foi de 48,3% até Dezembro de 2013. No período homólogo de 2012 esse rácio foi de 51,9%.

**Quarto:** Até Dezembro de 2013, a acumulação de atrasados de pagamento interno situou-se na ordem de 4.798,3 milhões de FCFA. Ao passo que, no ano passado, registou-se no igual período, uma acumulação de 4.462,4 milhões de FCFA, conforme demonstra o quadro acima.

#### **Critério de segunda ordem:**

**Primeiro:** O rácio massa salarial sobre as receitas fiscais atingiu 68,9% até dezembro de 2013 contra 56,1% no período homólogo de 2012.

A deterioração deste rácio no período é devido a diminuição nas receitas

Tributárias em 9,1%, apesar de haver uma diminuição nas despesas com o pessoal em 0,2%, pelas razões já expostas anteriormente.

**Segundo:** O rácio de investimentos com recursos internos em relação as receitas fiscais degradou acentuadamente, situando em 4,7% até Dezembro de 2013 contra 11,9% no período homólogo do ano anterior.

**Terceiro:** O rácio défice exterior corrente sem donativos em relação ao PIB melhorou em 2013 relativamente ao ano anterior, tendo-se situado em - 7,9% contra -9,4% em 2012.

**Quarto:** A carga fiscal anual programada no OGE 2013, é de 9,3%. Até final de dezembro de 2013 situou-se em 7,0% contra 9,4% no período homólogo de 2012.

Em relação ao critério de Convergência, Estabilidade e Crescimento, podemos constatar que durante o período em análise, foi registado deteriorações dos indicadores em termos do cumprimento do critério da Convergência nominal.

#### IV. ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ECF COM FMI

**Tabela 1. Guiné-Bissau: Indic. Quant. Prog. ECF 2012**  
(em milhões de Fcfa)

Descrição	Fim dezembro 2013		
	Prog.	Real. Acum.	Var.
<b>1. Receitas do Governo</b>	53.757,0	41.146,1	<b>-12.610,9</b>
Receitas fiscais	47.303,0	35.381,3	<b>-11.921,7</b>
Receitas não fiscais	6.454,0	5.764,8	<b>-689,2</b>
<b>2. Saldo Primário Base</b>	-11.868,0	-10.394,3	<b>1.473,7</b>
<b>3. Financiamento Interno</b>	0,0	9.314,0	<b>9.314,0</b>
<b>4. Novos Atras. Internos</b>	0,0	4.798,3	<b>4.798,3</b>
<b>5. Despesas Primárias Internas.</b>	65.625,0	51.989,5	<b>-13.635,5</b>
<b>6. Despesa não Titulada (DNTs).</b>	200,0	449,1	<b>249,1</b>
<b>7. Gastos Sociais e outras desp. Prioritário<sup>1</sup></b>	19.125,1	6.381,4	<b>-12.743,7</b>

Este quadro demonstra os dados estatísticos de janeiro a dezembro de 2013, no qual espelha a situação das Finanças Públicas e o desempenho económico e financeiro do Governo de transição.

A situação económica e financeira do País continua extremamente difícil em termos de arrecadação de receitas pelo Governo e na contenção das despesas.

De 10 a 13 de fevereiro de 2013, uma missão do FMI concluiu a visita do corpo técnico às autoridades da Guiné-Bissau, ao abrigo de uma avaliação preliminar da evolução macroeconómica em 2013 e das

perspectivas para 2014. A missão manteve encontros com as autoridades do governo de transição, incluindo o Ministro das Finanças e da Economia. Também manteve encontros com Director Nacional do BCEAO e com os parceiros de desenvolvimento.

De acordo com o FMI, a actividade económica foi fortemente afectada pelas persistentes consequências económicas e políticas dos acontecimentos de 2012. Segundo essa mesma fonte, a economia ainda não se recuperou depois de uma contração de 1,5% em 2012.

<sup>1</sup> Por gastos sociais e outros gastos prioritários, entende-se o total da despesa corrente nos sectores da Educação, Saúde e Agricultura e as despesas de capital financiadas com recursos internos desses mesmos sectores.

## V. PERSPECTIVAS

Após a forte diminuição do crescimento económico observado no ano 2012, ou seja, -1,5%, em 2013 o crescimento do PIB real foi em torno de 0,3% (*FMI, visita do corpo técnico à Guiné-Bissau-comunicado nº 14/61-fev. /2014*), partindo do princípio de que a recuperação do volume de exportação de caju foi diluída pela forte queda dos preços (principalmente junto ao produtor) e da significativa contração fiscal.

A maioria dos parceiros de desenvolvimento mantém apenas relações de trabalho limitadas com o governo provisório. Enquanto a situação política não se normalizar e os parceiros de desenvolvimento não reatarem em pleno o seu apoio financeiro ao governo, a economia continuará a ser altamente vulnerável, e é provável que se verifique uma deterioração das condições sociais.

As perspectivas de crescimento e perspectivas fiscais para 2014 dependerão do êxito da campanha de caju e da ajuda externa. A missão do FMI sublinhou a importância de definir linhas políticas claras para evitar a

incerteza que abalou a campanha de caju do ano passado. Nesse contexto, a missão sugere a suspensão das contribuições ao programa de industrialização (FUMPI).

De acordo com as previsões do Comité do Enquadramento Macroeconómico (Out. / 2013), o PIB Real irá crescer em 3,5% o que vai depender da consolidação da estabilidade política e para a realização de eleições gerais em 2014 bem como a capacidade das autoridades em realizar reformas em setores como a energia e Administração, assim como do estado de implementação de medidas para melhorar o ambiente de negócios e o desenvolvimento do sector privado. Conduta satisfatória de reformas na área de defesa e segurança também são importantes para garantir a realização dos objectivos das projeções.

O FMI espera uma resolução positiva da instabilidade política para que se possa iniciar um diálogo com o novo governo eleito, com o intuito de enfrentar os desafios económicos e de desenvolvimento.

## VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O acontecimento político-militar em Abril de 2012 fez regredir alguns dos progressos alcançados em anos anteriores no sentido da adopção de melhores políticas macroeconómicas.

Estes acontecimentos levaram a queda acentuada do volume das exportações de castanha de caju e à suspensão de ajuda dos doadores tradicionais, apenas parcialmente contrabalançada pelo aumento do apoio ao orçamento proveniente de organizações e países da sub-região. Em resultado, a economia sofreu uma contracção de 1,5% em 2012.

A missão do FMI projectou uma um crescimento de apenas 0,3% do PIB EM 2013, já que a recuperação dos volumes de exportação de cajù foi diluída pela forte queda dos preços, principalmente junto ao produtor, da significativa contração fiscal, e das frequentes interrupções de fornecimento de electricidade e água. Nesse contexto da procura interna fraca, a inflação manteve-se controlada nos últimos dois anos. Os níveis baixos de receitas fiscais e assistências financeiras

internacional menos expressivas levaram à acumulação de atrasados de salários nos últimos meses.

As despesas totais diminuíram em 16,5% e as despesas correntes diminuíram em 20,0%, face ao mesmo período do ano transacto. Apesar de uma queda nas despesas do governo, o défice fiscal global com base nos compromissos foi de 2,2% do PIB em 2013, ao passo que os atrasados se situaram em torno de 0,9% do PIB (4.798,3 milhões de Fcfa) e, dadas as limitadas perspectivas de receitas nos próximos meses, principalmente antes do início da campanha de caju, a missão do FMI encoraja o Governo a manter o controlo dos gastos e uma gestão prudente de tesouraria com o objectivo de minimizar uma maior acumulação de atrasados.

Em relação aos Critérios de Convergência de Estabilidade, Solidariedade e Crescimento da UEMOA, o Estado respeitou dois dos quatro Critérios da primeira ordem, que é o stock da dívida externa sobre o PIB e a taxa de inflação média anual.

Quanto aos critérios de segunda ordem, nenhum foi respeitado, pelo que registou-se degradações na maioria dos indicadores.

As perspectivas macroeconómicas favoráveis para a Guiné-Bissau vão depender da consolidação da PAZ e estabilidade política, que facilitarão a implementação e aceleração das reformas nos sectores da energia e administração pública.

#### **Recomendações:**

- Consolidar a estabilidade sócio-política e criar as condições para reformas económicas bem-sucedidas, a fim de garantir a reinserção sustentável da comunidade financeira internacional para apoiar os esforços de recuperação económica;
- Na ausência do Orçamento Programa, as autoridades devem zelar, adoptar e elaborar o OGE partindo do enquadramento macroeconómico, a fim de evitar os riscos de financiamento.
- Reforçar o controlo das autoridades financeiras;
- Manter o nível das despesas do ano corrente conforme os recursos disponíveis sem agravar o serviço da dívida pública;
- Estabelecer um programa de longo prazo de desenvolvimento de indústrias estruturadas em torno da exploração do potencial de produção agrícola local;
- Promover a diversificação da base produtiva, a fim de reduzir a dependência do país vis-à-vis as exportações de castanha de caju;
- Obrigatoriedade na entrega dos respectivos balanços, pelas Empresas (PMGE<sup>1</sup>), permitindo desta forma uma taxaço real das actividades, influenciando dessa forma o nível de pressão fiscal e conseqüentemente maior arrecadação de receitas.

---

<sup>1</sup> PMGE: Pequenas, Médias e Grandes Empresas.

*Ficha Técnica:*

**Coordenador:**

**O Director Geral:**

Dr. João Viriato Barbosa Rodrigues

*E-mail:* [djonviriato27@gmail.com](mailto:djonviriato27@gmail.com)

*Site:* [www.minfin-gov.bissau.net](http://www.minfin-gov.bissau.net)

**Equipa Técnica:**

Óscar Cunha

Adão Jata

Alberto Lona

Seco Camara

Totas A. J. Correia

Samora Gomes

Carlos Sanhá (em memória)

Edson Mango Vaz da Silva

Emerino L. Neto

Laudimila C. S. Camará

Firmino Pera Joaquim

Sérgio da Silva Intchete

Raciato Bari Serra

Fernando Mané

*Secretário do Director Geral*

Mamadú L. Turé

**Coordenação Gráfica:**

Direcção Coordenadora dos Serviços de Informática

**Colaboração de todas as Direcções Gerais do Ministério das Finanças**